

# Sumário

Número de notícias: 16 | Número de veículos: 14

|                                                                                                                        |    |
|------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------|----|
| JORNAL DE BRASÍLIA - DF - ECONOMIA<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL                                                        |    |
| Câmara aprova MP que dá reajuste de 9% a militares.....                                                                | 3  |
| O GLOBO - RJ - BRASIL<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL                                                                     |    |
| Governo lança programa para educar alunos financeiramente.....                                                         | 4  |
| CORREIO POPULAR - CAMPINAS - SP - ECONOMIA<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL                                                |    |
| Relator mantém alíquota de 10% para alta renda.....                                                                    | 6  |
| VALOR ECONÔMICO - SP - FINANÇAS<br>SEGURIDADE SOCIAL                                                                   |    |
| Recuo em previdência leva setor segurador a avanço de apenas 1,4%.....                                                 | 7  |
| O TEMPO - BELO HORIZONTE - MG - POLÍTICA<br>SEGURIDADE SOCIAL                                                          |    |
| Prazo para aceitação ao acordo do INSS inicia hoje.....                                                                | 8  |
| O GLOBO ONLINE - RJ - ECONOMIA<br>SEGURIDADE SOCIAL                                                                    |    |
| INSS: aposentados podem aderir a acordo de ressarcimento de descontos indevidos a partir de hoje. Veja como fazer..... | 9  |
| VALOR ECONÔMICO - SP - ESPECIAL<br>SERVIDOR PÚBLICO                                                                    |    |
| Reforma administrativa deve mirar eficiência do setor público, afirma FDC.....                                         | 11 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - VALOR INVESTE<br>SEGURIDADE SOCIAL                                                              |    |
| Fundo da Oaktree entra na grade do BB.....                                                                             | 13 |
| O GLOBO - RJ - ECONOMIA<br>REFORMA TRIBUTÁRIA                                                                          |    |
| Relator do IR mantém cobrança para alta renda.....                                                                     | 14 |
| VALOR ECONÔMICO - SP - LEGISLAÇÃO E TRIBUTOS<br>RECEITA FEDERAL DO BRASIL                                              |    |
| Retrocesso do PLP 108/24 no contencioso - OPINIÃO JURÍDICA.....                                                        | 15 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA<br>TRIBUTOS - CONTRIBUIÇÕES E IMPOSTOS                                                 |    |
| Embraer lidera lista de empresas mais afetadas com tarifaço de Trump.....                                              | 17 |
| CORREIO BRAZILIENSE - DF - ECONOMIA<br>ECONOMIA                                                                        |    |
| Reflexos da tarifa na economia brasileira.....                                                                         | 19 |
| O ESTADO DE S. PAULO - INTERNACIONAL<br>ECONOMIA                                                                       |    |
| Senado argentino aprova aumento de aposentadoria.....                                                                  | 21 |
| O ESTADO DE S. PAULO - ECONOMIA<br>ECONOMIA                                                                            |    |
| IPCA sobe 0,24% em junho, supera teto da meta e BC publica outra carta.....                                            | 22 |

---

Sexta-Feira, 11 de Julho de 2025

VALOR ECONÔMICO - SP - BRASIL  
ECONOMIA

Tarifaço afeta mais inflação que atividade.....23

DIÁRIO DO PARÁ - BELÉM - PA - POLÍTICA  
ECONOMIA

CRÉDITO - REPÓRTER DIÁRIO.....25

# Câmara aprova MP que dá reajuste de 9% a militares

A Câmara dos Deputados aprovou ontem uma medida provisória que aumenta a remuneração dos militares. O custo para o orçamento será de R\$ 3 bilhões no primeiro ano e R\$ 5,3 bilhões no segundo. O texto agora vai para análise do Senado.

Cerca de 740 mil pessoas das Forças Armadas vão receber dois aumentos de 4,5%, sendo que o primeiro já ocorreu em abril (a medida provisória foi publicada no fim de março) e o segundo virá a partir de janeiro do ano que vem. Esse é o primeiro reajuste desde 2019.

O soldo dos militares é o vencimento básico, cujo valor varia conforme a graduação e o posto.

Além desse pagamento, eles recebem adicionais, que são determinados por tempo de serviço, formação, disponibilidade etc.

Entre os que recebem menos, como recrutas, soldados e corneteiros de terceira-classe, o soldo vai passar para R\$ 1.177.

No topo da tabela, onde estão almirantes de esquadra, generais de exército e tenentes-brigadeiros, o valor será de R\$ 14.711. Com os adicionais, esse valor pode passar de R\$ 40 mil.

Insistência funcionou O ministro da Defesa, José Múcio Monteiro, vinha pedindo um reajuste aos militares desde 2023. Em 2024, pouco antes de o governo enviar o Orçamento ao Congresso, Múcio e o presidente Lula negociaram um acordo.

O aumento de 9% é da mesma dimensão que os **servidores públicos** federais receberam.

No entanto, para o relator do texto, o deputado General Pazuello (PL-RJ), o percentual deveria ser maior. De acordo com a Agência Câmara, ele afirmou que "as parcelas nem de longe refletem o reajuste que deveria ser feito de modo a compensar as perdas ano após ano".

Segundo os grandes números da **Receita Federal**, em 2023, a renda per capita anual dos militares foi de R\$ 141 mil por ano.

Eles pagam uma alíquota efetiva de Imposto de Renda

de cerca de 11% (Da Folhapress).

Site: [https://acervo.maven.com.br/temp\\_site/issue-1107202505%20-%201021707194b6d060f75860a9fa6b73a2.pdf](https://acervo.maven.com.br/temp_site/issue-1107202505%20-%201021707194b6d060f75860a9fa6b73a2.pdf)

# Governo lança programa para educar alunos financeiramente

LUÍS FELIPE AZEVEDO

O Ministério da Educação (MEC) lançou um programa com o objetivo de ensinar educação financeira para alunos do ensino básico no país. Segundo a pasta, a iniciativa tem foco principal nos beneficiários do Pé-de-Meia, que paga valores periódicos aos estudantes que permanecem na escola e se tornou uma das principais vitrines do governo federal na atual gestão do presidente Luiz Inácio Lula da Silva (PT).

Batizado como Na Ponta do Lápis e instituído em portaria publicada anteontem, o programa visa construir "letra-mento financeiro" e "promover uma relação responsável com o dinheiro e o consumo", pontua o MEC. Os conteúdos terão como foco "uma compreensão crítica e consciente com temas como Previdência, impostos, seguros, entre outros tópicos que afetam a experiência de vida e os projetos de futuro dos estudantes".

Ainda de acordo com o ministério, o público-alvo são alunos do ensino fundamental e médio. A meta da pasta é alcançar mais de 30 milhões de alunos e 2 milhões de professores no país.

A adesão ao programa é voluntária, via assinatura de governadores, prefeitos ou representantes de estados, Distrito Federal e municípios. Os interessados em participar deverão assinar um termo de compromisso com o MEC e terão direito à formação de professores, com apoio técnico e financeiro às redes de ensino e integração dos temas ao currículo escolar, de forma a respeitar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

As orientações e recomendações para o plano de ação do programa serão definidas por um comitê estratégico, que será criado futuramente. O grupo será composto por representantes do MEC, do Ministério da **Previdência Social**, do Banco Central, do Ministério da Fazenda, da Caixa Econômica Federal, da Superintendência de Seguros Privados,

da **Receita Federal**, da Comissão de Valores Mobiliários, da União Nacional dos Dirigentes Municipais de Educação (Undime) e do Conselho Nacional de Secretários de Educação (Consed).

Superintendente de educação da B3, a Bolsa de Valores de São Paulo, e especialista na área de

finanças, Christianne Bariquelli vê a iniciativa com bons olhos, desde que exista "coordenação para chegar de forma mais eficiente na ponta final". Ela avalia que o programa representa uma "tentativa de coordenar os diversos esforços que já existem para a inclusão da educação financeira nas escolas":

- É importante olhar não só para o aluno, mas principalmente para os professores, que têm o papel de facilitadores e precisam ser capacitados para conseguir levar esse trabalho aos jovens -afirma Bariquelli. -A educação financeira para esse público é fundamental, se você pensar que o Brasil ainda vive as consequências de uma economia que conviveu com inflações altas durante muito tempo. E isso prejudicou a nossa cultura de poupança e investimento no longo prazo.

\*\*

## NA PONTA DO LÁPIS

O que é o programa?

É uma iniciativa do Ministério da Educação (MEC) que visa ensinar estudantes do ensino básico brasileiro a lidar com o dinheiro de forma consciente. De acordo com a pasta, o novo programa do governo federal é voltado à promoção da educação financeira, fiscal, previdenciária e securitária na educação básica.

Quem é o público alvo?

O programa visa atender alunos do ensino fundamental e médio, em especial os beneficiários do Pé-de-Meia. iniciativa governamental voltada à permanência escolar. A meta é alcançar mais de 30 milhões de estudantes e 2 milhões de professores no país. A adesão é voluntária, mediante assinatura dos governantes.

Como será a implementação?

Os estados e municípios interessados em participar do programa deverão assinar um termo de compromisso com o MEC. Eles terão direito à formação de professores, apoio técnico e financeiro às redes de ensino e integração dos temas ao currículo escolar, de forma a respeitar a Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Relator mantém alíquota de 10% para alta renda

**Por Pepita Ortega, Victor Ohana e Giordanna Neves  
(Estadão Conteúdo)**

O deputado federal Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto de lei que amplia a isenção do imposto de renda, manteve no seu parecer a alíquota de 10% do imposto mínimo para quem ganha acima de R\$ 600 mil por ano, que vai compensar a perda de arrecadação com essa medida.

Ele também listou os títulos atualmente isentos que continuarão fora do alcance do tributo, numa tentativa de adaptar a proposta caso avance a medida provisória que prevê taxaçaõ de 5% sobre esses papéis, como as LCIs e LCAs. O texto do IR enviado pelo governo apenas excluía da base de cálculo os títulos que são isentos, sem nomeá-los.

O relator manteve o trecho que prevê a cobrança de 10% de IR na fonte sobre lucros ou dividendos apurados a partir de 1º de janeiro de 2026, quando forem pagos, creditados ou enviados ao exterior.

Ele incluiu, porém, um trecho que isenta da cobrança de IR na fonte os lucros ou dividendos pagos, creditados, entregues ou remetidos a: governos estrangeiros com reciprocidade de tratamento ao Brasil; fundos soberanos; e entidades no exterior cuja principal atividade seja a administração de benefícios previdenciários, como aposentadorias e pensões.

O relator também incluiu um artigo que delimita que a arrecadação adicional da União decorrente da aprovação desta Lei será utilizada como fonte de compensação para os Estados, o Distrito Federal e os Municípios, caso haja redução aos cofres dos entes federativos com a proposta da isenção do IR.

Além disso, segundo o parecer, a arrecadação extra gerada, após compensar a redução do Imposto de Renda e outras medidas previstas, será usada como fonte de compensação no cálculo da alíquota de referência da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

Lira indicou que seu parecer sobre o texto amplia a faixa da redução parcial do IR - dos R\$ 7 mil propostos pelo governo Lula para R\$ 7.350,00.

Segundo o relator, há um superávit de R\$ 12,27

bilhões, no projeto, o que, de acordo com ele, é necessário para compensar a perda de Estados e municípios relativamente à redução da arrecadação do Imposto sobre a Renda incidente sobre os rendimentos de seus próprios servidores. "Com essa elevação, estamos atendendo aproximadamente mais meio milhão de contribuintes", destacou.

Além disso, o relator destacou que, para garantir a neutralidade do projeto, há a previsão de que as medidas previstas no texto sejam utilizadas para reduzir a alíquota-padrão da Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS). "Essa medida se faz necessária porque entendemos que a não distribuição de lucros e dividendos pode vir a ser menor do que a estimada pela **Receita Federal**, que foi estimada em 50% do montante atualmente", enfatizou.

O relator ainda explicou que, em nome da segurança jurídica, "para que não paire qualquer dúvida relativamente ao fato de não estar sendo criado novo imposto ou sequer adicional de imposto", foi proposta a alteração do nome do imposto - Imposto sobre a Renda da Pessoa Física Mínimo - para Tributação Mínima pelo Imposto de Renda da Pessoa Física.

Lira também explicou que, em seus estudos, percebeu que alguns títulos e valores mobiliários isentos do Imposto sobre a Renda não integravam a base de cálculo da tributação mínima.

**Site:**

<https://correiodigital.rac.com.br/jornal.php?0cc175b9c0f1b6a8=1436>

# Recuo em previdência leva setor segurador a avanço de apenas 1,4%

A redução de 7,7% nos aportes aos planos de previdência privada aberta levou o setor segurador a registrar um crescimento de arrecadação de apenas 1,4% nos primeiros quatro meses do ano, frente ao mesmo período do ano passado, mostra levantamento da Confederação Nacional das Seguradoras (CNseg).

Além disso, os planos de **previdência complementar** aberta tiveram aumento de 23,2% nos resgates e benefícios pagos no mesmo período. "Esse movimento reflete uma postura mais cautelosa dos brasileiros na formação de reservas de longo prazo, diante de um ambiente global ainda marcado por incertezas econômicas", diz o presidente da entidade, Dyogo Oliveira.

Segundo a CNseg, os pagamentos realizados a consumidores e empresas totalizaram R\$ 88,7 bilhões no período, alta de 15,5% na comparação anual. No mesmo período, o setor (com exceção da Saúde Suplementar) arrecadou R\$ 140,7 bilhões em prêmios de seguros, contribuições para planos de previdência e receitas com títulos de capitalização.

Os seguros de danos e responsabilidades avançaram 8,9%, com arrecadação de R\$ 45,4 bilhões, os seguros de pessoas, que abrangem modalidades como vida, viagem e prestamis-ta, cresceram 9,1%, com mais de R\$ 25 bilhões em prêmios. Já o segmento da capitalização somou R\$ 11 bilhões em faturamento até abril, alta de 11,2% em relação ao ano anterior.

A Confederação Nacional das Empresas de Seguros Gerais, Previdência Privada e Vida, Saúde Suplementar e Capitalização (CNseg) congrega as companhias que compõem o setor, reunidas em suas quatro Federações (FenSeg, Fena-Previ, FenaSaúde e FenaCap).

Já a Federação Nacional de Previdência Privada e Vida (Fenapre-vi) informou ontem em relatório, com base nas informações da Superintendência de Seguros Privados (Susep), que o pagamento de benefícios (sinistros) a segurados cresceu 10,1% nos primeiros quatro meses do ano ante o mesmo período de 2024, para um total de R\$ 5,6 bilhões.

Pouco mais da metade do montante, 51%, foi em seguros de vida nas modalidades individual e coletiva),

23% no prestamista e 11 % no de acidentes pessoais.

Os prêmios de seguros de pessoas somaram R\$25,1 bilhões, expansão de 9,1% na comparação com o ano passado, sendo que 47% foram em vida nas modalidades individual e coletiva, 28% no prestamista e 13% no de acidentes pessoais.

Site: <https://valor.globo.com/impresso>

# Prazo para aceitação ao acordo do INSS inicia hoje

Para viabilizar os pagamentos, será aberto um crédito de cerca de R\$3 bilhões

O governo federal anunciou ontem o cronograma e as regras para a devolução de valores descontados indevidamente de aposentados e pensionistas do Instituto Nacional do Seguro Social (**INSS**). Para viabilizar os pagamentos, será aberto um crédito extraordinário de aproximadamente R\$ 3 bilhões.

A adesão ao acordo é obrigatória para que o ressarcimento ocorra por via administrativa - direto na conta do beneficiário, sem necessidade de acionar a Justiça. O prazo para adesão começa hoje, e o procedimento poderá ser feito pelo aplicativo Meu **INSS** ou presencialmente, em agências dos Correios credenciadas.

O primeiro pagamento será realizado em 24 de julho, com liberações diárias, que seguirão até que todos os casos sejam concluídos.

O valor será depositado em parcela única, com correção monetária pelo índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), calculada com base na data de cada desconto até a inclusão na folha de pagamento. A ordem dos pagamentos seguirá a cronologia da adesão ao acordo; assim, quem aderir primeiro receberá primeiro.

Conforme o **INSS**, 1.860.593 pessoas estão aptas a aderir ao acordo pelo Meu **INSS** ou em uma agência dos Correios. Esse é o primeiro grupo que será ressarcido. De acordo com o presidente do **INSS**, Gilberto Waller Junior, se 100% dos 3,8 milhões de contestações fossem considerados procedentes, o valor total a ser pago pelo **INSS** chegaria a cerca de R\$ 2,6 bilhões.

O acordo permite que aposentados e pensionistas que sofreram descontos indevidos entre março de 2020 e março de 2025 recebam os valores. Podem aderir ao plano de ressarcimento os beneficiários que tenham contestado os descontos indevidos sem obter resposta das entidades associativas.

A adesão é gratuita e dispensa o envio de documentos adicionais. Após o aceite, o valor será depositado automaticamente na conta em que o segurado já recebe o benefício previdenciário.

"A ideia é que, a partir de 24 de julho, comecemos a virar essa página. É quase como pedir desculpas a nossos aposentados e pensionistas, que foram roubados, fraudados e que são vítimas. E o **INSS** - cora o apoio do Ministério da **Previdência Social** e a determinação do governo - está disposto a fazer o pagamento de maneira rápida e integral", assegurou Waller Junior.

Quem ainda não contestou eventuais descontos pode fazê-lo pelo aplicativo Meu **INSS**, pelo telefone 135 ou indo a uma agência dos Correios. Novas contestações serão aceitas pelo menos até 14 de novembro - quando o governo vai analisar se a medida precisará ser prorrogada.

Homologado pelo Supremo Tribunal Federal, a restituição é fruto de acordo entre o Ministério da Previdência Social, o **INSS**, a Advocacia-Geral da União, a Defensoria Pública da União, o Ministério Público Federal e o Conselho Federal da Ordem dos Advogados do Brasil. (Júlia Galvão/Folhapress com Agência Brasil)

Site: <https://meu-perfil.otempo.com.br/home>

# INSS: aposentados podem aderir a acordo de ressarcimento de descontos indevidos a partir de hoje. Veja como fazer

*Por O Globo - Brasília*

A partir desta sexta-feira, aposentados e pensionistas que tiveram descontos indevidos realizados por entidades associativas já podem aderir ao acordo de ressarcimento proposto pelo governo federal. Essa adesão é necessária para que o beneficiário receba a devolução dos valores diretamente em sua conta, sem precisar recorrer à Justiça.

O plano de ressarcimento é resultado de um acordo assinado entre várias instituições e foi homologado pelo Supremo Tribunal Federal.

As entidades apresentaram documentação em 769 mil dos pedidos de contestação (19%). Esses casos ainda estão sob análise e não serão incluídos de imediato no cronograma de ressarcimento.

Quando a entidade apresenta documentos ou justificativas, o beneficiário é notificado e poderá, pelo aplicativo Meu **INSS** ou em uma agência dos Correios:

Se o aposentado contestar a validade da documentação, a entidade será intimada a devolver os valores no prazo de cinco dias úteis e o caso vai passar por uma auditoria.

Se ainda não recebeu valores pela via judicial, o beneficiário pode optar pelo acordo administrativo. Quem entrou na Justiça para receber o ressarcimento deverá desistir da ação contra o **INSS**, que se compromete a pagar 5% de honorários advocatícios nas ações individuais propostas antes de 23 de abril de 2025.

Grupos especiais

O **INSS** vai fazer automaticamente a contestação dos descontos indevidos para beneficiários em situações específicas que ainda não fizeram o pedido. Esse procedimento, chamado de contestação de ofício, vai contemplar:

Essa medida vai beneficiar diretamente cerca de 209 mil pessoas idosas, 17 mil indígenas e 38 mil quilombolas.

**Site:**

***<https://oglobo.globo.com/economia/noticia/2025/07/11/inss-aposentados-podem-aderir-a-acordo-de-ressarcimento-de-descontos-indevidos-a-partir-de-hoje-veja-como-fazer.ghtml>***

# Reforma administrativa deve mirar eficiência do setor público, afirma FDC

A proposta de reforma administrativa que deve ser apresentada por iniciativa do presidente da Câmara dos Deputados, Hugo Motta (Republicanos-PB) busca o contrário da abordagem gradua-lista perseguida pelo governo federal. Ela também não deve focar em trazer espaço fiscal imediato, como sustentam parte das lideranças políticas, mas eficiências que devem se traduzir em maior economia apenas no longo prazo. Um dos poucos temas que fogem dessa premissa é o combate aos supersalários, que se concentram principalmente no Judiciário, mas começam a se espalhar por outras áreas, como carreiras legislativas e do Executivo em alguns Estados e capitais.

Essa é a avaliação de professores da Fundação Dom Cabral (FDC) feita em apresentação ao Valor. "Hoje, o Estado apresenta uma série de limitações estruturais que impedem a geração de valor e de resultado para o público e o bom aproveitamento dos serviços. Tem pilares trincados", diz Humberto Falcão Martins, professor de gestão pública da FDC e membro do grupo de trabalho criado na Câmara para discutir o tema. "Com pilar trincado não adianta colocar um pavilhão de paredes. Assim se maqueia a situação."

O especialista cita dois indicadores que sinalizam como a abordagem incremental não é mais indicada para o caso brasileiro. Um deles é o índice de Capacidade Institucional (ICI) criado pela própria FDC. Em uma escala que vai de 0 a 1, a pontuação do país é 0,48, próxima da média dos países de renda média-alta (0,45). O problema, diz, é que para entregar o mesmo resultado de seus pares, o país arrecada, per capita, 17% a mais e gasta 20% mais.

"Isso sinaliza, nas palavras do Daron Acemoglu, último Nobel de Economia, instituições dissipati-vas e extrativas, que estão extraíndo da sociedade mais do que entregam", diz Martins. "Tem uma taxa de ineficiência embutida nas instituições que é brutal. E, além disso, o Brasil está muito distante do paradigma, que seriam os países da OCDE, nos quais deveríamos mirar." Segundo o ICI, a taxa média de capacidade institucional neste grupo é de 0,67.

Outro indicador é o índice Integrado de Governança e Gestão

(iGG), criado pelo Tribunal de Contas da União (TCU), com amostra sobretudo de entes da esfera federal. Em

sua mais recente atualização, de 2024, ele mostrou piora em quesitos como liderança, estratégia, gestão de Tecnologia da Informação e contratações, na comparação com 2021. "Com esse grau de precariedade, não dá para ser gradua-lista. É um nível alarmante para a nona economia do mundo. Não estamos falando de Ruanda, da Zâmbia, do Zimbábue. Estamos falando do Brasil", afirma.

O projeto relatado pelo deputado Pedro Paulo (PSD-RJ) deve ser algo entre o gradualismo aplicado pela ministra de Gestão e Inovação, Esther Dweck, e o furor "destrutivo" de tornar a máquina pública menor a qualquer custo, ideário que hoje é encarnado por iniciativas como o Departamento de Eficiência Governamental (Doge) americano, chefiado até há pouco tempo por Elon Musk. No Brasil, esse lema era encarnado pelo projeto de reforma encabeçado pelo ex-mi-nistro da Economia, Paulo Guedes, que previa o fim da estabilidade do servidor público, entre outras mudanças.

A proposta atual não deve mexer na estabilidade, como proposto por Guedes. Mas vai indicar mudanças na avaliação de desempenho, hoje tida como "pró-forma", em direção a um modelo baseado em entregas combinadas institucionalmente e estabelecimento de um padrão para lideranças públicas, com dispositivos de seleção, desenvolvimento e avaliação de líderes. A proposta pode inverter a lógica ao focar a avaliação em melhorar o desempenho sem coletar elementos para uma eventual demissão do servidor.

Outro ponto é a simplificação do sistema de carreiras e a regulamentação de vínculos não estatutários - como os temporários, que já são 31,5% dos empregados no serviço público dos municípios, 19,6% os Estados e 15,5% na União, mas cuja regulação é ainda muito precária.

Há ainda intenção de reformar o sistema de remuneração, no modo de tabela única e de basear seleções, primordialmente, em vocação. "Houve avanços, o concurso unificado por exemplo é ótimo. Mas nos coloca no velho sistema de carreira. Se ele for mais direcionado para vocação será

melhor ainda", defende Martins.

Embora as preocupações fiscais imediatas não sejam

o melhor caminho para a reforma administrativa, existe um tópico que pode constar da proposta e tem potencial de economia importante no curto prazo: os supersalários. Em 2024, o pagamento de benefícios extrateto a membros somente do Judiciário passaram de R\$ 10,5 bilhões. É toda a receita que uma medida polêmica como o decreto que eleva o Imposto sobre Operações Financeiras (IOF) de algumas modalidades geraria este ano, nota o professor associado da FDC e colunista do Valor, Bruno Carazza.

Ele ressalta que os chamados supersalários não são um problema espalhado pelo funcionalismo público: segundo o Anuário de Gestão de Pessoas no Serviço Público organizado pelo Repùblica.org, 75% dos funcionários públicos ganham menos de R\$ 6,4 mil por mês. Mesmo o prêmio salarial do funcionalismo público - ou quanto ganham a mais os servidores na comparação com trabalhadores que exercem as mesmas funções - é relativamente baixo nas ocupações que demandam menor especialização. Os vencimentos exorbitantes, acima do teto constitucional - que é o salário de um ministro do Supremo Tribunal Federal, R\$ 46.366,19 - estão concentrados em algumas poucas carreiras, em especial no Judiciário e Ministério Público. Ainda assim, é algo que começa a ser visto em outras carreiras, como nos legislativos estaduais, advocacia pública estadual e Receita dos Estados e capitais, alerta.

A solução, diz, passa por cortar várias brechas através das quais juizes, procuradores e outras carreiras conseguem aprovar esses penduricalhos através de simples atos administrativos. Um dos principais é o entendimento, que foi aprovado pela Justiça do Trabalho em 2014 e posteriormente estendido para outros ramos, de que situações de acúmulo de trabalho poderiam ser remuneradas em até 30% do salário. Primeiro, em dinheiro e - a partir do momento em que se chegou perto do teto - em dias de férias.

"A malandragem é que esses dias de descanso extras podem ser vendidos - e existe uma brecha na Constituição que permite que indenizações não estejam sujeitas ao teto", diz Carazza. "O que se seguiu, então, foi uma banalização dessas situações de acúmulo de função. O Juiz que recebe os processos também é presidente da vara? Acúmulo de função. Foi convidado para fazer parte de

uma comissão que estuda determinado assunto e se reúne uma vez por mês? Acúmulo de função. E essas novas indenizações estão sendo criadas e pagas retroativa-mente a 'direitos' que remontam às vezes 20,30 anos."

Uma reportagem exibida na semana passada pela Globonews mostrou que a remuneração líquida dos

desembargadores da ativa e aposentados do Tribunal de Justiça de São Paulo (TJ-SP) atingiu um valor médio de R\$ 146.470 por mês em 2025, entre janeiro e maio. É um salto de 140% na comparação com o mesmo período de 2024, quando a remuneração média foi de R\$ 60.864 mensais.

Carazza ressalta que combater supersalários não é apenas uma questão de fechar brechas, mas também de corrigir distorções na estrutura remuneratória do plano dessas carreiras, que tem pouca amplitude e gerava muita distorção salarial. "Resgatar a autoridade do teto constitucional é uma forma de corrigir essas distorções, mas pode gerar algum ganho fiscal rápido", diz.

A urgência do debate fiscal faz com que o relator Pedro Paulo admita incluir "jabutis" sobre o tema na proposta de reforma, caso seja a vontade do presidente da Câmara. Para Martins e Carazza, no entanto, há risco em embaralhar os temas. "Alguns acreditam que a reforma administrativa é uma bala de prata, o que é uma visão equivocada porque qualquer mudança a respeito da estrutura de **servidores públicos** no Brasil vai se manifestar no longuíssimo prazo. E apenas se for um trabalho bem feito", diz Carazza.

Por outro lado, a disposição dos parlamentares em aprovar um tema fortemente protegido por lobbies poderosos em Brasília será testada. Para o professor associado da FDC, é preciso que a cúpula tanto do Legislativo quanto do Judiciário participe do debate. "Se deixar fluir apenas com participação dos lobbies, o resultado vai ser ruim", diz, notando que o Executivo não teria interesse de mexer em um tema caro a sua base de sustentação política e perto de uma eleição.

Por outro lado, diz, a centro-direita mais moderada pode perceber o momento como ideal para tocar uma reforma do tipo por uma espécie de alinhamento de astros. "Com um Executivo fraco e a perspectiva de vitória em 2026, tenho percebido por parte de algumas lideranças o desejo de empurrar o que for possível de ajuste fiscal até a eleição para deixar o desgaste com o atual governo e colher os frutos com a nova gestão."

**Site:**

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188260?page=16&section=1>

# Fundo da Oaktree entra na grade do BB

**Adriana Cotias De São Paulo**

O fundo global de crédito da Oaktree passou a integrar a oferta da BB Asset Management, por meio de um multimercado ("fe-eder"), que espelha a estratégia da gigante americana de Howard Marks no exterior, mas com hedge cambial. A oferta é fruto de uma parceria selada com a Gama Investimentos, que atua no esforço comercial para trazer casas estrangeiras para o investidor brasileiro.

No Brasil, a gestora está presente na distribuição de instituições como Bradesco, XP, BTG, Safra, Daycoval e reúne cerca de R\$ 2 bilhões. A diferença agora é que a BB Asset tem exclusividade na oferta para os fundos que acomodam as reservas dos Regimes Próprios de **Previdência Social** (RPPS) destinados a **servidores públicos** e dependentes.

Na grade da BB Asset, maior gestora do país, com mais de R\$ 1,7 trilhão em ativos sob gestão, já há fundos de casas estrangeiras como Nordea, Schroders, BlackRock e Mirae.

Para o diretor comercial da BB Asset, Mário Perrone, a chegada da estratégia da Oaktree à prateleira da instituição marca mais um passo na ampliação de sua arquitetura aberta para produtos de terceiros com exposição a ativos internacionais. "Por meio dessa solução, os cotistas acessam um portfólio global diversificado, com gestão especializada e estruturada adaptada à realidade do investidor local", diz em nota à imprensa.

Com mais de US\$ 203 bilhões em ativos sob gestão, a Oaktree Capital é referência em estratégias de crédito global. Fundada por Marks e Bruce Karsh, é reconhecida por sua disciplina na análise de risco e sua capacidade de gerar resultados mesmo em ciclos de mercado adversos.

Atualmente, a Gama Investimentos administra cerca de R\$ 5 bilhões em ativos, atendendo uma ampla base de investidores. A companhia integra empresa o grupo da HMC Capital, uma empresa global de investimentos e "advisory" focada em investimentos alternativos, que opera em sete países, contando uma equipe de mais de 100 profissionais na América Latina, Europa e Estados Unidos.

"Seguimos firmes no nosso propósito de conectar o investidor às melhores estratégias globais, sempre com estruturas adequadas a cada perfil e objetivo",

afirma Bernardo Queima, principal executivo (CEO) da Gama Investimentos.

**Site:** <https://valor.globo.com/impreso>

# Relator do IR mantém cobrança para alta renda

O deputado Arthur Lira (PP-AL), relator do projeto que isenta de Imposto de Renda (IR) quem ganha até R\$ 5 mil, apresentou ontem seu parecer. Ele manteve a maior parte do texto proposto pelo governo, incluindo a cobrança mínima de 10% para quem ganha a partir de R\$ 1,2 milhão ao ano. Lira ainda ampliou a faixa de renda beneficiada pela mudança no imposto para até R\$ 7.350.

Hoje, está isento do pagamento de IR quem recebe até R\$ 3.036, o equivalente a dois salários mínimos.

Na prática, a pessoa que ganha até R\$ 5 mil não pagará mais IR. Quem recebe entre esse valor e R\$ 7.350 também será beneficiado, mas em um nível menor. Antes o projeto previa benefício apenas para quem ganhava até R\$ 7 mil. Lira disse que a ampliação da faixa beneficiada pode atingir até 500 mil pessoas:

- Começamos a discutir sobre baixar alíquota. Quando cogitamos baixar para 9% disseram que estaríamos baixando para os super-ricos. Já que agente não pode mexer no andar de cima, mexemos no andar de baixo. Com essa sobra de recursos, aumentamos os que vão ser parcialmente isentos.

## SOBRA DE R\$3 BILHÕES

No projeto original, a renúncia seria de R\$ 25,8 bilhões ao ano. A alíquota de 10% gerará R\$ 34 bilhões de arrecadação ao ano. No novo formato, com a ampliação da faixa beneficiada, a renúncia anual poderá chegar a R\$ 31,7 bilhões, contando a perda de estados e municípios.

A sobra de arrecadação, de aproximadamente R\$ 3 bilhões ao ano, será direcionada ao fundo para equilibrar os cofres públicos durante a transição da **Reforma Tributária**, que cria o Imposto sobre Valor Agregado (IVA).

-Ainda assim, o projeto terá uma sobra. Todo excesso de arrecadação desse projeto vai para fundo de compensação do CBS (Contribuição sobre Bens e Serviços) -afirmou Lira.

A manutenção da cobrança dos 10% para os mais ricos foi comemorada por governistas. Antes, o relator previa reduzir essa alíquota. O objetivo é votar o texto

na próxima semana na Comissão Especial que trata do tema e, depois, nos plenários da Câmara e do Senado.

-Vamos votar o IR na comissão na próxima terça-feira -disse o líder do governo, deputado José Guimarães (PT-CE).

A proposta original do governo previa a criação de uma alíquota de 10% para quem ganha acima de R\$ 1,2 milhão, mas com uma cobrança gradativa para quem ganha a partir de R\$ 600 mil no ano.

A isenção do IR para quem ganha até R\$ 5 mil é a principal pauta da agenda legislativa do Palácio do Planalto este ano. O objetivo é que entre em vigor em 2026, ano eleitoral.

## EXCEÇÕES

O relatório de Lira também lista os rendimentos que poderão ser deduzidos da base de cálculo do imposto mínimo, como os oriundos de investimentos em LCI, LCA, CRI, CRA, FII e Fiagro.

O deputado também retirou um item da proposta original, que previa o abatimento do imposto mínimo de alta renda. O texto do governo previa que se a soma das alíquotas pagas pela empresa, como IRPJ e CSLL, e a alíquota que o sócio pagaria de imposto mínimo superasse 34%, seria aplicado um redutor. Por exemplo: se a empresa pagasse 29% de **impostos**, e o sócio fosse cobrado em 8% de imposto mínimo por ter alta renda, a alíquota global paga por ele atingiria 37%. Neste caso, seria aplicado um redutor de 3% para chegar ao máximo de 34% de cobrança. Isso foi retirado por Lira.

A alíquota retida sobre lucros e dividendos permanece em 10%, incluindo rendimentos para o exterior, mas cria três exceções que não serão taxadas: dividendos pagos, creditados, entregues ou remetidos a governos estrangeiros, desde que haja reciprocidade; fundos soberanos; e entidades no exterior que tenham como principal atividade a administração de benefícios previdenciários.

**Site:** <https://infoglobo.pressreader.com/o-globo>

# Retrocesso do PLP 108/24 no contencioso - OPINIÃO JURÍDICA

**Breno Ferreira M. Vasconcelos e Maria Raphaela D. Matthiesen**

Breno Ferreira Martins Vasconcelos e Maria Raphaela Dadona Matthiesen são sócios do Mannrich e Vasconcelos Advogados.

O Projeto de Lei Complementar (PLP)nº 108/24, segunda medida legislativa voltada à regulamentação da **reforma tributária** do consumo aprovada pela Emenda Constitucional (EC) nº 132, está entre os temas tributários com expectativa de retorno à pauta do Congresso Nacional no segundo semestre.

O PLP aborda temas relevantes para a implementação da reforma e atualmente tramita no Senado Federal, ao qual foi encaminhado após ter seu texto aprovado, com alterações, pela Câmara dos Deputados. Até o momento em que escrevíamos este artigo, o PLP já recebeu 11 emendas tratando de um ponto central para a redução da litigiosidade pretendida com a EC 132/23: a uniformização da jurisprudência administrativa envolvendo o Imposto sobre Bens e Serviços (IBS) e a Contribuição sobre Bens e Serviços (CBS).

As dificuldades políticas decorrentes das disputas entre a União e os entes subnacionais permeou todo o processo legislativo da **reforma tributária**, resultando na adoção do Imposto sobre Valor Agregado (IVA) Dual e, no PLP 108/24, em uma segregação do contencioso administrativo. Embora o artigo

156-B, §8º, da Constituição Federal permita a integração das atividades de julgamento do IBS e da CBS-o que, nos parece, seria o ideal -, o PLP atribuiu a um novo tribunal a competência para julgamento do IBS, ficando a CBS sujeita à apreciação das Delegacias de Julgamento da **Receita Federal** (DRJs) e do **Conselho Administrativo de Recursos Fiscais (Carf)**.

Essa divisão trouxe um novo desafio, levantado desde a tramitação do projeto junto à Câmara dos Deputados: é necessário uniformizar a interpretação dos dois órgãos de julgamento? Sendo necessário, como fazê-lo?

A resposta à primeira pergunta é positiva. Sim, é necessário. De acordo com o artigo 149-B da

Constituição, IBS e CBS devem observar as mesmas regras com relação aos seus fatos geradores, bases de cálculo, hipóteses de não incidência, sujeitos passivos, imunidades, regimes específicos, diferenciados ou favorecidos, e regras de não cumulatividade e creditamento.

Então, como garantir essa padronização? A solução encontrada na Câmara dos Deputados foi a de alargar as atribuições conferidas ao Comitê de Harmonização das Administrações Tributárias, criado pela Lei Complementar 214/25, integrado apenas por representantes da **Receita Federal do Brasil** e do Comitê Gestor do IBS, em igual número. Conforme o PLP 108/24, seria esse Comitê de Harmonização o competente para a uniformização da jurisprudência administrativa (artigo 111 do PLP 108/24).

Somada a essa mudança, o PLP previu que o Comitê de Harmonização obrigatoriamente ouvirá o Fórum de Harmonização jurídica das Procuradorias (artigo 111, parágrafo único, do PLP 108/24), também previsto na LC 214/25 e integrado por representantes da Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional e de Procuradorias Estaduais e Municipais (ou do Distrito Federal).

E mais: as decisões do Comitê de Harmonização serão vinculantes (artigo 113 do PLP 108/24), de modo que deverão ser observadas pelo **Carf** e pelo tribunal do IBS.

Mas há um problema essencial na solução encontrada pela Câmara: o Comitê de Harmonização foi concebido para uniformizar a regulamentação e as obrigações acessórias do IBS e da CBS, sendo órgão vocacionado justamente à prevenção do contencioso. Uma vez instaurado o litígio, a atuação preventiva do Comitê já terá se esgotado e a dúvida que persistir após essa etapa deverá ser sanada em julgamento que observe paridade, o contraditório e à ampla defesa, permitindo que as partes sejam ouvidas de forma isonômica.

A paridade na uniformização das divergências entre **Carf** e tribunal do IBS traria mais equilíbrio ao contencioso administrativo, abrindo espaço para um debate plural e que comporta diferentes vieses e experiências na interpretação da **legislação tributária**-logo, com maior potencial de proferir

decisões mais aderentes pela sociedade.

Como apontado no Diagnóstico do Contencioso Judicial Tributário Brasileiro (Insper/CNJ), entre as causas da judicialização excessiva no País está a ausência de canais efetivos de resolução administrativa, da postura pouco cooperativa entre Fisco e contribuinte e da falta de alinhamento entre a administração e o judiciário.

A instabilidade das decisões administrativas e a excessiva influência das autoridades fiscais nos julgamentos, por sua vez, são fatores que contribuem para a complexidade do sistema tributário, como relatado no estudo "What are the Drivers of Tax Complexity for MNCs? Global Evidence". A solução encontrada pelo PLP 108/24 está, portanto, na contramão da racionalidade e modernização pretendidas pela reforma.

No modelo proposto pelo texto atual do PLP 108/24, **Carf** e tribunal do IBS, órgãos com turmas de julgamento paritárias, poderão se tornar meras instâncias replicadoras do entendimento firmado pelo Comitê de Harmonização, deslocando a resolução dos conflitos tributários para o Judiciário, com os ônus decorrentes da exigência de custas processuais, honorários de sucumbência e garantias.

Para evitar esse cenário, é preciso que o debate sobre a paridade seja enfrentado no Senado, com duas possíveis saídas: ou se garante a paridade ao Comitê de Harmonização exclusivamente no exercício da atividade de uniformização jurisprudencial, ou se retoma a restrição de suas atribuições originais, previstas na LC 214, para que o órgão tenha função estritamente consultiva e os litígios sejam decididos sem amarras pelo **Carf** e pelo tribunal do IBS.

**Site:** <https://valor.globo.com/impresso>

# Embraer lidera lista de empresas mais afetadas com tarifaço de Trump

I VINÍCIUS NOVAIS, ELISA CALMON, TALITA NASCIMENTO E LUDMYLLA ROCHA

A tarifa de 50% para produtos brasileiros prevista por Donald Trump para vigorar a partir de 1.º de agosto vai ter impacto em grandes empresas como Embraer, Suzano, Tupy, Weg e Minerva. De acordo com cálculos da XP Investimentos, a Embraer será a mais afetada, pois aproximadamente 23% de sua receita vem das exportações para os Estados Unidos. Em seguida estão Suzano, com 16,6% das receitas em exportações para o mercado americano; Tupy, 13,9%; Jales, 11%; Frasle, 10,8%; e Weg, 9,1%.

Com cerca de 60% da sua receita atrelada ao mercado americano, a Embraer é considerada por analistas uma das mais expostas às tarifas. Os temores vêm pressionando as ações da companhia, que recuam desde quarta-feira. Ontem, fecharam em queda de 3,66% - no geral a Bolsa terminou o dia com baixa de 0,54%.

O Itaú BBA prevê impacto de US\$ 150 milhões no Ebit (lucro antes dos juros e **tributos**) da fabricante de aviões entre agosto e dezembro de 2025, o que representa cerca de 25% da estimativa de lucro operacional da companhia para este ano. Segundo a equipe do Itaú BBA, uma tarifa de 50% poderia gerar um aumento de 25% no preço para os clientes, "potencialmente implicando em adiamento de entregas ou cancelamentos de pedidos".

A Embraer informou, em nota, que avalia o possível efeito em seus negócios, caso o decreto se aplique à indústria de aviação no Brasil. A companhia disse ainda que o tema será abordado na teleconferência de resultados do segundo trimestre, marcada para 5 de agosto. "A empresa está trabalhando com as autoridades competentes visando restabelecer a alíquota zero dos **impostos** de importação para o setor aeronáutico", disse a fabricante de aeronaves.

## PRODUÇÃO REDIRECIONADA.

No caso da Suzano, segunda mais afetada pela decisão de Trump nas contas da XP Investimentos, a exposição ao mercado americano é grande demais para ser facilmente redirecionada para outras regiões e "exigiria um esforço comercial e logístico significativo, bem como uma pressão potencial sobre

os preços no processo", disse a XP.

Segundo os analistas Marcio Farid, Henrique Marques e Emerson Vieira, do Goldman Sachs, além da exposição maior ao mercado americano, o que dificulta o desvio para outros países, o entendimento é de que a Suzano tem contratos de longo prazo com grandes compradores nos Estados Unidos que também não poderiam ser facilmente alterados em razão de especificações de qualidade.

Especialistas também avaliaram que outra empresa que deverá sofrer com as tarifas é a Weg. Os analistas Alberto Valerio, Andressa Varotto e Rafael Simonetti, do banco UBS, destacaram que uma tarifa recíproca de 10%, por exemplo, pode ter um impacto negativo de 0,7 pontos percentuais na margem da companhia, o que representaria uma queda de 3% no lucro líquido neste ano.

A Weg afirmou que o cenário ainda é marcado por incertezas e, por isso, preferiu não comentar imediatamente o tema.

"Seguiremos acompanhando os desdobramentos e comunicaremos de forma precisa assim que houver maior clareza sobre o tema", informou a Weg ao ser questionada sobre o assunto. Os papéis da companhia também fecharam em queda, de 0,20%, ontem.

No setor de petróleo, a XP avalia que o impacto das sobretaxas pode ser amenizado com o desvio dos embarques para outros destinos. "O Brasil também importa produtos de petróleo refinado, gás natural e produtos químicos dos EUA, o que pode ter um impacto se o Brasil decidir retaliar", observaram os analistas Fernando Ferreira, Felipe Veiga, Júlia Aquino e Lucas Rosa.

COMMODITIES. Os especialistas da XP Investimentos destacam ainda que a maior parte das exportações do País é formada por commodities, que podem ser redirecionadas a outros mercados.

Nessa lista, os principais itens são: petróleo bruto e refinado, com 18,8%; produtos de ferro e aço, 14,7%; e equipamentos de transporte, 6,8%.

Nas importações, os EUA aparecem como o segundo maior parceiro, respondendo por 15% do total

comprado pelo Brasil. Os produtos mais relevantes são equipamentos de geração de energia, seguidos de derivados de petróleo, plásticos, gás natural, veículos e químicos.

Os analistas afirmaram ainda que é preciso acompanhar os efeitos macroeconômicos das tarifas sobre o câmbio, investimento estrangeiro direto (IED) e **inflação**. "Os impactos indiretos relevantes serão na moeda, nas expectativas de **inflação**, especialmente se o Brasil retaliar", disseram os analistas da XP Investimentos.

**BALANÇA COMERCIAL.** Os Estados Unidos registraram no primeiro trimestre deste ano superávit de US\$ 654 milhões no comércio com o Brasil.

Levantamento da Amcham- Brasil mostrou que os valores transacionados entre os dois países somaram US\$ 20 bilhões no período, o maior da série histórica, a partir de 2000.

Entre os setores de maior destaque, a Amcham citou as exportações da indústria brasileira e o crescimento das importações de bens de alto valor agregado fabricados nos Estados Unidos, com ênfase em tecnologia e energia.

As exportações da indústria brasileira aos EUA somaram US\$ 7,8 bilhões entre janeiro e março, o maior valor da história para o trimestre, segundo a Amcham.

Entre os itens mais exportados, a entidade citou os sucos (alta de 74,4% em relação ao ano anterior); óleo combustíveis (42,1%) e café não torrado (34%). A carne bovina também passou a figurar entre os dez produtos mais exportados, com alta de 111,8%.

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Reflexos da tarifa na economia brasileira

**RAPHAEL PATI E EDLA LULA**

A nova alíquota de 50% sobre a importação de produtos brasileiros é a maior em vigor na onda do tarifaço do presidente Donald Trump, que, desde o início do segundo mandato, promoveu uma série de reviravoltas no "morde e assopra" das negociações em torno de tarifas de importação. Diante desta taxa substancial, determinados setores da economia brasileira devem ser mais seriamente afetados, levando em consideração que os EUA são atualmente o segundo maior parceiro do Brasil.

Com motivos políticos e econômicos, o republicano destacou, na carta enviada anteontem ao presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva, que a alíquota de 50% é "muito inferior" ao que seria necessário para nivelar o comércio entre os dois países. Trump escreveu que há uma relação "injusta e muito desleal" para os Estados Unidos e que o relacionamento bilateral tem sido longe de ser recíproco.

Na verdade, os números desmentem o norte-americano. Desde 2009, o Brasil registra deficits comerciais consecutivos com os EUA, de acordo com dados da série histórica do Ministério do Desenvolvimento, Indústria e Comércio Exterior (Mdic). Isso significa que o comércio brasileiro importa mais produtos de lá do que o inverso, o que fez com que a maior economia do mundo tivesse um saldo positivo de US\$ 90,28 bilhões nos últimos 16 anos.

## Balança

Os EUA são o segundo maior parceiro comercial do Brasil, tanto em exportações, com 12% do total, quanto em importações, com 15%. Em 2024, o fluxo de comércio totalizou US\$ 40,3 - o equivalente a 1,9% do **PIB**. Em um horizonte mais curto, nos primeiros seis meses deste ano, o Brasil registrou deficit de US\$ 1,67 bilhão nas relações comerciais com os EUA. Nesse período, as exportações acumularam US\$ 20,02 bilhões, enquanto que as importações somaram US\$ 21,69 bilhões. Nesse contexto, a participação das exportações brasileiras para o país norte americano apresentou um leve aumento na comparação com os 12 meses do ano passado, de 12% para 12,1%.

O impacto macro não é tão significativo, mas vemos um efeito micro e político relevante", avalia o estrategista-chefe e Head do Research da XP, Fernando Ferreira. Análise divulgada pela corretora destaca que "apesar da relevância, a maior parte das

exportações brasileiras são commodities, que podem acabar sendo redirecionadas para outros mercados, reduzindo o impacto potencial. Em relação às importações, equipamentos de geração de energia lideram a lista, e a composição é menos concentrada do que a pauta exportadora". Em termos de ações, segundo a XP, a Embraer apresenta a maior exposição potencial, seguida por Suzano e Tupy.

"Há diversos efeitos indiretos que merecem acompanhamento, como a resposta do Brasil ao anúncio, a possibilidade de escalada para uma crise geopolítica maior ou de um acordo/negociação comercial com os EUA, e os impactos sobre o câmbio, fluxos financeiros, investimento direto estrangeiro (IDE) e sobre as eleições brasileiras de 2026", comenta Ferreira.

Na conta por setores, o que mais pesa nessa balança são os produtos correspondentes à indústria de transformação, que representam quase 80% de todas as exportações para os Estados Unidos. Na liderança deste segmento, está o chamado aço bruto ou semiacabado, que responde por 9,7% do valor total obtido com as exportações.

Em março deste ano, o setor já foi penalizado com uma tarifa de 25%, que subiu para 50% no mês passado.

Apesar de considerar que as alíquotas não devem ser cumulativas, o setor se preocupa com o andamento das negociações que, na visão do presidente do Instituto Aço Brasil, Marco Polo Lopes, caminhavam bem e devem ser prejudicadas.

"A nossa crença é que, neste momento, a gente precisa de serenidade, de baixar a bola, a temperatura, e voltar dentro do que seja possível, ao campo negocial", disse o executivo, em entrevista ao canal CNN Brasil.

Na sequência ao aço, as aeronaves e seus equipamentos representaram 5,2% de todas as exportações no primeiro semestre. Neste segmento, a Embraer domina o mercado, com a fabricação de aviões que, inclusive, possuem peças fabricadas nos Estados Unidos, e são exportadas para o país norte-americano já montadas. A nova tarifa deve impactar significativamente as operações da empresa, que informou estar avaliando os possíveis prejuízos nessa situação. "Tais impactos serão abordados em nossa primeira conferência de resultados do segundo

trimestre, no dia 5 de agosto", considerou a Embraer, em nota.

Além disso, outros produtos devem ser impactados dentro do setor da indústria de transformação, como variações de ferro, que respondeu por 4,3% das exportações desde janeiro, bem como óleos combustíveis de petróleo ou de minerais betuminosos (4,1%), carne bovina fresca, refrigerada ou congelada (4%), sucos de frutas ou de vegetais (3,7%) e celulose (3,6%).

No entanto, o maior produto brasileiro importado pelos EUA são os óleos brutos de petróleo ou de minerais betuminosos crus, que correspondem a 12% do total dessa estatística. Ainda no campo da indústria extrativa, o minério de ferro e seus concentrados responderam por 1,1%.

#### Posicionamento

Ontem, entidades que representam a indústria publicaram notas que pregam cautela e diálogo para o governo brasileiro nas negociações para reverter a nova tarifa.

A Federação das Indústrias do Estado de São Paulo (Fiesp) considera que, além da nova medida, outras ações já implementadas pelo governo norte-americano podem impactar negativamente o setor produtivo e a geração de emprego no Brasil.

Além disso, empresas e os consumidores dos EUA também devem sofrer com mudanças no fornecimento e aumento de preços internos, na visão da entidade. "Neste momento de crescente incerteza, a Fiesp apoia a opção adotada » RAPHAEL PATI » EDLA LULA pelo governo brasileiro de priorizar o diálogo, com vistas à construção de alternativas negociadas para essa situação que prejudica ambos os países", manifestou, em nota.

Na avaliação da Federação das Indústrias do Estado de Minas Gerais (Fiemg), que representa a unidade da federação com a maior produção de aço no país, com grande parte das exportações destinadas aos Estados Unidos, eventuais medidas de retaliação devem ser avaliadas com cautela, considerando possíveis prejuízos significativos à sociedade brasileira e ao setor produtivo em sua totalidade.

"Este é o momento de reavaliar posicionamentos, reconsiderar decisões e buscar soluções por meio do diálogo com esse parceiro estratégico", destacou a Fiemg, que ressaltou, ainda, que os EUA são o principal parceiro da indústria de transformação do estado.

No caso da agropecuária, o café brasileiro é, de longe, o principal alimento exportado aos Estados Unidos, e responde por mais de 5% de todas as vendas ao país. O diretor-geral do Conselho dos Exportadores de Café do Brasil (Cecafé), Marcos Matos, disse que o consumidor de café dos EUA é quem sairá mais prejudicado com a nova tarifa. O representante ainda destacou que acredita que o "bom senso prevaleça". Tudo que gera impactos ao consumo é ruim para o fluxo de comércio, ruim para a indústria e desenvolvimento dos países", afirmou.

#### Site:

<https://flip.correiobraziliense.com.br/edicao/imprensa/7565/11-07-2025.html?all=1>

# Senado argentino aprova aumento de aposentadoria

O Senado da Argentina aprovou um projeto de lei que concede um aumento excepcional e emergencial aos benefícios de aposentadorias e pensão pagos pela Administração Nacional do Seguro Social. O presidente Javier Milei prometeu vetá-lo.

Por 52 votos a favor, nenhuma rejeição e 4 abstenções, o projeto de lei foi aprovado ontem, em um revés para a política de austeridade do governo Milei. O texto aprovado estabelece um reajuste de 7,2% para todas as aposentadorias (exceto regimes especiais) e eleva o bônus complementar, que também será reajustado pela inflação.

O projeto, que já havia recebido aprovação preliminar na Câmara dos Deputados, passou pelo Senado apesar das ameaças do Poder Executivo de vetá-lo. O governo havia anunciado sua rejeição categórica a qualquer medida que, em sua opinião, comprometesse o "déficit zero" e o equilíbrio fiscal. "O equilíbrio fiscal não se negocia", disse Milei em uma postagem na rede social X. "Um Senado clandestino não evitará o fracasso inevitável que aguarda a oposição." TESTE DAS URNAS. O país se prepara para a eleição de meio de mandato em outubro, que representará um teste importante sobre o apoio ao partido e à política fiscal de Milei.

Além do aumento, a lei restabelece a moratória previdenciária, uma medida fundamental que, segundo estimativas do Escritório de Orçamento do Congresso (CBO), poderia permitir que aproximadamente 220 mil pessoas passem a ter acesso à aposentadoria no curto prazo. Essa extensão visa atender à situação daqueles que não completaram suas contribuições para conquistar o direito à aposentadoria, de acordo com o portal Comercioyjusticia.

Diante da expectativa sobre a votação, o peso argentino se desvalorizou ante o dólar. No mercado paralelo, o dólar blue subiu a 1.295 pesos argentinos, segundo o jornal Âmbito. Na Bolsa, o Índice Merval recuou 2,87% ontem. I AP

Site: <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# IPCA sobe 0,24% em junho, supera teto da meta e BC publica outra carta

**DANIELA AMORIM - COM CÍCERO COTRIM**

A **inflação** oficial, medida pelo Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), teve alta de 0,24% em junho, ante elevação de 0,26% em maio, informou ontem o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). Assim, a **inflação** acumulada no primeiro semestre do ano ficou em 2,99%, enquanto em 12 meses o IPCA teve alta de 5,35% - dentro das expectativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que iam de 5,25% a 5,37%, com mediana de 5,31%.

O IPCA de 12 meses, porém, superou o teto da meta de **inflação**, que é de 4,5%. O descumprimento da meta, contudo, era dado como certo, já que, para que a taxa ficasse abaixo de 4,50%, seria necessária uma deflação de ao menos 0,58% em junho.

Pelo novo regime de meta contínua de **inflação**, que passou a valer neste ano, o presidente do Banco Central, Gabriel Galípolo, teve novamente de publicar uma carta aberta para justificar por que o índice ficou fora do limite estabelecido.

Pelo novo regime, o cumprimento do alvo é apurado com base na **inflação** acumulada em 12 meses - e não no IPCA de um ano fechado, como acontecia até 2004. Como o centro da meta é 3%, se a taxa ficar acima ou abaixo do intervalo de tolerância (1,5% a 4,5%) por seis meses seguidos, considera-se que o BC perdeu a meta.

Na carta publicada no início da noite de ontem, a segunda assinada por Galípolo, o BC atribuiu o descumprimento da meta de **inflação** à atividade econômica aquecida, às expectativas de **inflação** desancoradas, à inércia inflacionária e à depreciação cambial.

"Destaque-se que a manutenção da desancoragem por período prolongado tende a tornar as expectativas mais sensíveis a choques de curto prazo, pressionar a dinâmica de preços e salários e aumentar o repasse cambial para preços", diz o BC na carta, que foi entregue ao ministro da Fazenda, Fernando Haddad.

O BC destacou ainda que o Produto Interno Bruto (**PIB**) teve um crescimento "significativo" no início do ano, puxado pela agropecuária, e que os indicadores

de mercado de trabalho e utilização da capacidade instalada mostraram mais força do que se esperava.

**ALIMENTAÇÃO.** O IPCA de junho ficou dentro do intervalo das estimativas dos analistas ouvidos pelo Projeções Broadcast, que variavam de 0,14% e 0,26%, com mediana de 0,20%.

No mês passado, destacaram-se os preços do grupo Alimentação e bebidas, que caíram 0,18% - a primeira queda em nove meses - resultando numa contribuição negativa de 0,04 ponto percentual ao IPCA. Entre os componentes do grupo, a alimentação no domicílio teve queda de 0,43%. Já a alimentação fora do domicílio subiu 0,46%, menos que o 0,58% de maio.

Os preços do grupo transportes subiram 0,27% em junho, após queda de 0,37% em maio, resultando numa contribuição positiva de 0,06 ponto percentual ao IPCA.

Os preços de combustíveis caíram 0,42%, após recuo de 0,72% em maio. A gasolina caiu 0,34%, e já tinha registrado queda de 0,66% em maio. I

**Site:** <http://digital.estadao.com.br/o-estado-de-s-paulo>

# Tarifaço afeta mais inflação que atividade

A imposição de uma tarifa de 50% sobre produtos brasileiros tem impacto direto pequeno sobre a atividade econômica. Eles alertam, porém, que o potencial de estrago é muito maior a depender de como se desenrolarão os próximos capítulos das negociações entre Estados Unidos e Brasil.

A interpretação geral é de que o efeito no Brasil seria mais concentrado em setores e empresas específicas já que, por ser um país relativamente fechado, as exportações são um pedaço relativamente pequeno do **PIB**. E, apesar de os EUA serem o segundo principal comprador das mercadorias produzidas aqui, sua fatia das exportações é de apenas 12%.

Há, por outro lado, efeitos secundários que precisam ser monitorados. O câmbio, por exemplo, depende mais da percepção de risco que as negociações acarretarem, e um salto relevante do dólar pode fazer a **inflação** voltar a acelerar no país. Há receios ainda sobre como o investimento estrangeiro no Brasil pode reagir em meio a um endurecimento da disputa.

Nos cálculos preliminares do Bradesco BBI, as tarifas poderiam reduzir em US\$ 15 bilhões das exportações, o equivalente a 0,6% do **PIB** ainda este ano. Já o BTG estimou o im-

pacto em US\$ 7 bilhões e US\$ 13 bilhões este ano e no próximo, ou 0,3% e 0,6% do **PIB**, respectivamente.

Em relatório, as economistas do Ibope e Luiza Paparounis notam que o anúncio eleva a tarifa efetiva média para bens brasileiros exportados aos EUA de 1,3% em 2024 para 37,2% em 2025.

"Como a elasticidade-preço das importações brasileiras em relação ao câmbio é inferior a 1 no curto prazo, a depreciação inicial do real tende a aliviar pouco o impacto externo -o que significa que o saldo comercial e o déficit em transações correntes devem se deteriorar quase na mesma magnitude da perda de exportações", ponderam as analistas.

A XP projeta uma redução do crescimento do **PIB** de 0,3 ponto percentual (p.p.) em 2025 e 0,5 p.p. em 2026 caso as tarifas se materializem, o que reduziria as exportações US\$ 6,5 bilhões e US\$ 16,5 bilhões, respectivamente, e também teria efeitos negativos sobre as condições financeiras. Já a Oxford Economics estima perda menor que 0,05 p.p. tanto do **PIB** como das exportações em 2026. Efeito ligeiramente maior seria visto no investimento direto no

país (IDP), que cairia 0,2 p.p.

A aplicação de reciprocidade por parte do governo brasileiro mudaria tal cenário. Neste caso, o impacto sobre o **PIB** subiria para aproximadamente 0,1 ponto percentual.

Já o investimento direto poderia cair até 0,5 ponto percentual.

"A carta de Trump pode dar início a negociações, o que pode reduzir o número final da tarifa. Estamos céticos, no entanto, dado que a ameaça de Trump não deve influenciar diretamente a política doméstica", afirma o chefe global de economia da consultoria, Felipe Camargo.

Há maior dúvida sobre o que pode ocorrer em relação à **inflação**. A dinâmica dos preços no Brasil vinha melhorando nos últimos meses, em função sobretudo da valorização do real, e também vinha impactando as expec-

tativas dos analistas. Mas o dólar subiu 1,79% em dois dias, o que colocou em suspenso esse movimento.

Se o câmbio não piorar, economistas avaliam que o tarifaço pode dar até uma ajudinha para o Banco Central no curto prazo. Isso porque a oferta interna de alguns produtos comprados pelos EUA poderia aumentar momentaneamente, caso das carnes, café e suco de laranja.

"Muito se fala que o ciclo do boi deve causar uma alta dos preços no segundo semestre, mas esses desdobramentos podem anular isso", exemplifica a estrategista de infla-

ção da Warren, Andréa Ângelo. Em sua avaliação, o câmbio só passaria a incomodar a **inflação** se apagassem a apreciação do primeiro semestre e voltasse a ficar acima de R\$ 6.

Avaliação semelhante faz o Santander. "Pode ter um movimento baixista nos primeiros dois meses. Mais à frente, depende de como o dólar vai andar. Se continuar nos atuais patamares, nossa avaliação sobre a **inflação** não muda muito", diz Adriano Valladão. Para ter uma piora da **inflação**, olhando apenas do ponto de vista do câmbio, essa cotação teria que subir acima de R\$ 5,80. Ontem, o dólar comercial fechou a R\$ 5,54.

A XP não vê efeito relevante para a **inflação** em caso de não retaliação, mas uma escalada poderia impactar sensivelmente a cesta de importações brasileira, que inclui combustíveis, químicos e farmacêuticos, insumos automotivos e aeroespaciais.

"No caso dos combustíveis, cerca de 3% da gasolina e 5% do diesel consumidos no Brasil vêm dos EUA. A substituição por outros fornecedores não seria fácil, mas possível. O ponto mais crítico, no entanto, são as passagens aéreas, já que entre 10% e 15% do querosene de aviação usado no Brasil tem origem americana", diz a corretora. Uma alta de 50% da tarifa por parte do Brasil poderia acrescentar 0,05 p.p. à **inflação** via passagens mais caras.

Para o economista-chefe do UBS

BB, Alexandre de Ázara, a tarifa de 50% para produtos brasileiros não deve cair durante as negociações, dado que as três reclamações de Trump colidem frontalmente com posições do Executivo e do Judiciário: a situação do ex-presidente Jair Bolsonaro, declarações do presidente Lula defendendo o Irã e uma moeda alternativa ao dólar para os Brics, e o que considera "perseguição" por parte do Supremo Tribunal Federal a empresas de tecnologia americanas.

"O governo brasileiro precisa parar de escalar primeiro. O que vimos até agora é que, se um país revida, Trump sempre revida de volta", diz Ázara. Ele não vê nenhuma mudança possível em relação a essas demandas nem recuos de Trump, mesmo que parciais.

O risco maior está na escalada, alerta. "Do ponto de vista econômico, seria melhor não escalar. Mas parece que não foi essa a escolha do governo. Se o Brasil aplicar uma alíquota de 50% para tudo, não vamos mais produzir remédio, por exemplo, porque boa parte dos insumos da indústria local são importados dos EUA. Além disso, Trump poderia revidar nova mente."

Ázara não descarta o risco de uma atitude mais drástica dos EUA, como restrições a investimentos americanos no Brasil. "Aí poderia ser muito ruim, poderia afetar muito o câmbio", alerta.

Site:

<https://valor.globo.com/virador/#/edition/188260?page=16&section=1>

# CRÉDITO - REPÓRTER DIÁRIO

## REPÓRTER DIÁRIO

O modelo de economia verde criado em 2008 pelo Programa da ONU para o Meio Ambiente (Pnuma) alia desenvolvimento sustentável, justiça social e proteção à natureza. A boa notícia é que iniciativas já existentes serão beneficiadas pelo "Chamamento para Negócios Inovadores da Economia Verde na Amazônia", através de convênio entre o Instituto Amazônia+21, Sebrae e Facility Investimentos. As inscrições vão até dia 22 de julho. O Amazônia+21 é uma organização criada a partir de iniciativa do setor industrial, com apoio da Confederação Nacional da Indústria (CNI) e das Federações das Indústrias dos nove Estados amazônicos.

Os empreendimentos selecionados terão acesso a crédito em condições facilitadas - juros baixos e ausência de exigência de garantias -, além de suporte técnico nas áreas de finanças, impacto, mercado e inovação. Podem participar empreendimentos que atuem na Amazônia Legal como microempresa, empresa de pequeno porte, sociedade simples limitada, Inova simples ou sociedade de propósito específico. As empresas também devem estar formalmente em operação há pelo menos um ano, com geração de receita e faturar anualmente em torno de R\$ 200 mil ou mais.

## UNIFICADO

A 2ª edição do Concurso Público Nacional Unificado (CPNU) está com edital publicado e inscrições até 20 de julho. São 3.652 vagas disponíveis em 32 órgãos e entidades. Com foco na descentralização do acesso ao serviço público, o CPNU 2 amplia as chances para quem mora na região Norte. No Pará, são 88 vagas imediatas, concentradas em dois órgãos vinculados ao Ministério da Saúde: o Instituto Evandro Chagas (IEC), que tem 38 vagas, e o Centro Nacional de Primatas, com 28 vagas. Além dessas, existem vagas na Antaq e para o Comando da Marinha.

## SAÚDE

Com o objetivo de contribuir para o processo de reestruturação da rede municipal de saúde, a Prefeitura de Belém formaliza nesta sexta-feira (11) a assinatura da OS (ordem de serviço) para as obras de reforma integral da Unidade Básica de Saúde (UBS) do bairro do Bengui, como parte do programa Requalifica UBS, que é executado em parceria com o Ministério da Saúde. O prefeito Igor Normando

assinará a OS ao lado do secretário municipal de Saúde, Rômulo Nina de Azevedo, e demais dirigentes da Sesma.

## MÉDICOS

O Pará recebeu ontem 212 profissionais do Programa Mais Médicos, iniciativa federal que tem como foco ampliar a cobertura da atenção primária em regiões de maior vulnerabilidade social. Do total, 13 foram alocados para atuar nos Distritos Sanitários Especiais Indígenas, sendo quatro em Altamira, sete no Guamã-Tocantins, um no Kaiapó do Pará e um no Tapajós. Os demais médicos reforçam equipes de Saúde da Família nos municípios. A mais recente etapa do programa selecionou 3.173 médicos para atuar em 1.618 municípios e 26 DSEIs de todo o país.

## SUSPENSÃO

De 11 a 13 de julho, o portal do Cadastro Único para Programas Sociais (CadÚnico) ficará indisponível para extração da base mensal e, por este motivo, o atendimento na Central do Cadastro Único e nos Centros de Referência de Assistência Social (CRAS) estará suspenso. Essa manutenção é programada em nível nacional. Nesta sexta-feira, 11, as equipes da Fundação Papa João XXIII (Funpapa) permanecerão atuando em força-tarefa, intensificando visitas domiciliares prioritárias. O atendimento na Central será retomado na segunda-feira, 14.

A região próxima ao município de Parauapebas, no sudeste do Pará, registrou dois abalos sísmicos de magnitude 4.2 rnb nas últimas 24 horas. O primeiro tremor ocorreu às 21h03 do dia 9 de julho e foi sentido por moradores da região.

O segundo aconteceu às 06h46 da manhã de quinta-feira, 10. Ambos os eventos foram detectados pelas estações da Rede Sismográfica Brasileira (RSBR) e analisados pelo Laboratório Sismológico da UFRN.

O mês de julho, tradicionalmente marcado pelo início do verão amazônico, apresenta comportamento atípico neste ano. Segundo o Inmet, já nos primeiros dez dias do mês, a capital Belém acumulou 120,2 milímetros de chuva, o que representa 77% da média climatológica mensal, estimada em 156 mm.

A preocupação com a **inflação** e o aumento do custo de vida está um pouco menor, mas ainda assim continua afetando o morador da região Norte. Essa é

uma das principais conclusões da nova edição da pesquisa nacional Radar Febraban, realizada em junho.

Entre OS nortistas, a percepção de que os preços estão em elevação, que atingiram pico de 96% em março, caiu para 79% em junho, um recuo de 17 pontos percentuais.

Â maior parte dos entrevistados (75%) também avalia que os preços estão impactando seu poder de compra de alimentos e outros produtos do abastecimento doméstico. Esses são os itens em 1º lugar na avaliação dos entrevistados. Em 2º está o preço dos combustíveis (32%), seguido pelos gastos com saúde e medicamentos (27%).

**Site:**

**<https://dol.com.br/digital/Page?editionId=3185#book/>**